

■ DOSSIÊ - ARTIGOS

■ O projeto Encontro de Saberes: Educação Patrimonial e inclusão epistêmica

 Leticia Costa Rodrigues Vianna *

Recebido em: 23 jul. 2020
Aprovado em: 23 ago. 2020

Resumo: Este artigo traz uma reflexão sobre a inclusão epistêmica dos saberes tradicionais no ensino superior como uma forma de Educação Patrimonial que proporciona a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, inovação pedagógica e científica, e formação de cidadãos sensíveis à riqueza e diversidade cultural do país. Tem como foco a experiência do Projeto Encontro de Saberes, que propõe que mestres dos saberes tradicionais sejam trazidos ao universo acadêmico para ministrar aulas ao lado de professores de diferentes departamentos, no sentido de ampliar o horizonte temático e epistêmico acessível aos pesquisadores e estudantes. O projeto é desenvolvido sob perspectiva descolonizadora, teórica e concretamente realizada por mestres, mestras, professores e professoras em mais de uma dezena de universidades públicas brasileiras.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. Inclusão epistêmica. Encontro de Saberes. Patrimônio imaterial.

* Leticia Costa Rodrigues Vianna é graduada em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (1988), mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (1993), doutora em Antropologia Social no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1998), pós-doutorado pelo Dan/UnB (2008). Pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTII/UnB/CNPq). Contato: le.galvao@hotmail.com.

Introdução

Este ano de 2020 celebramos 20 anos da implementação da política federal para o patrimônio cultural imaterial, um avanço significativo no âmbito reflexivo e executivo de políticas públicas inclusivas, que trouxe ao universo do patrimônio cultural o que estava confinado em “rubricas” como folclore e culturas populares. Desde então, esforços têm sido empreendidos no sentido de construção de políticas inclusivas e participativas no âmbito do patrimônio cultural, de modo à identificação, reconhecimento, apoio e fomento à diversidade cultural, e aos grupos, comunidades e segmentos dos “detentores” das tradições culturais. No bojo desse esforço, foram implementadas diversas ações no âmbito da educação que abarcam a dimensão imaterial do patrimônio cultural brasileiro.

A perspectiva que urge discutir e implementar desde agora, como desafio, é a da promoção da inovação e ampliação do conhecimento, capacidade de manejo e articulação dos instrumentos oficiais formais e os comunitários não formais para a proteção dos tesouros culturais. Trata-se de um processo de *Educação Patrimonial* crucial que se dá, sobretudo, das comunidades tradicionais para dentro do próprio Estado! E as universidades públicas estão dentro deste escopo. Isto é, o Estado proporciona à sociedade os ensinamentos dos procedimentos de reconhecimento e proteção do patrimônio por meio dos mecanismos oficiais, e, por outro lado, a sociedade, educa o Estado sobre suas referências culturais e suas práticas de salvaguarda. Desse encontro advém a política por meio da qual Estado, academia científica e sociedade civil dialogam e participam na política de identificação, reconhecimento, gestão e proteção do patrimônio cultural.

O mero reconhecimento da diversidade cultural e o diálogo com a sociedade para o reconhecimento do patrimônio não são suficientes para a efetividade da política da salvaguarda do patrimônio cultural, pois não há simetria real entre as partes, espelhamento do Estado e Nação. Os meios de alcance desta efetividade vão se completando quando a inclusão destes segmentos de detentores começa a se dar por meio de políticas afirmativas no ensino superior, na pesquisa, nos postos de trabalho no interior do Estado.

No século vinte e um, por meio de ações afirmativas de reparação, inclusão epistêmica e de cotas raciais, os segmentos negros e indígenas começam a ter o acesso ampliado, pela letra da lei, ao ensino de suas tradições no ensino formal (Lei nº 10.639 e Lei nº 11.645), ao acesso ao ensino superior (Lei Federal nº 12.711) e postos no serviço público (Lei Federal nº 12.990). Esses conjuntos de leis ampliam as possibilidades de acesso às áreas do conhecimento acadêmico relativas ao patrimônio cultural, e aos espaços de gestão pública nos órgãos afetos a salvaguarda. Isto é, segmentos detentores das riquezas culturais passam a participar cada vez mais da produção científica e estrutura do Estado no que diz respeito à proteção de seu patrimônio, não apenas como cidadãos, mas como agentes do Estado.

Neste artigo, apresenta-se uma experiência importantíssima do ponto de vista da inovação pedagógica no ensino superior que traz instâncias de preservação e difusão do patrimônio imaterial – o projeto Encontro de Saberes nas

Universidades Brasileiras. Trata-se de uma proposta de inclusão epistêmica por meio da inclusão de mestres e mestradas das tradições populares como docentes em disciplinas de diferentes áreas e departamentos.

Mestres e Mestradas são detentores dos conhecimentos das várias tradições que atuam como professores em várias áreas do saber acadêmico, tais como as Artes, Ciências da Saúde, Meio Ambiente, Arquitetura, Agroecologia, Matemática, Ciências Políticas, dentre outras. A experiência foi inicialmente implementada, em 2010, na universidade de Brasília (UnB), e, até o segundo semestre de 2019, as seguintes universidades criaram disciplinas com base no Encontro de Saberes: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM); Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade Federal do Cariri (UFCA); Universidade Estadual do Ceará (UECE); Universidade Federal de Roraima (UFRR); Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB); Universidade Federal Fluminense (UFF); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). No Encontro de Saberes, os estudantes têm, assim, a oportunidade de aproximação direta com os sábios que trazem os universos culturais indígenas, quilombolas, dos povos e comunidades tradicionais e de terreiro que compõem o imenso patrimônio cultural cultivado no território brasileiro. A perspectiva é inovadora na medida em que traz o imenso patrimônio cultural cultivado no território brasileiro para dentro da universidade, não mais como objeto de estudo; mas como conjunto de epistemologias a contribuir para o alargamento dos conhecimentos e práticas na perspectiva do desenvolvimento das ciências, da formação dos professores do ensino fundamental e médio; da formação dos quadros e servidores do Estado de nível superior.

É importante destacar que a aproximação necessária das ciências e saberes tradicionais no âmbito da academia científica não é uma perspectiva estranha às políticas patrimoniais; nos anos 1970 e 1980 começa a ser efetivamente implementada por exemplo com Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC) desenvolvido no âmbito do Estado no sentido da produção de conhecimento acerca, sobretudo, de tecnologias nacionais. Entretanto, os saberes tradicionais iam sendo incluídos no âmbito acadêmico por meio da mediação dos cientistas; e os mestres e mestradas desses saberes continuaram no anonimato e sem nenhum lugar efetivo na universidade que não o de mero informante.

Do relativismo cultural ao pluralismo epistêmico

A ideia de patrimônio imaterial tem como base o princípio do relativismo cultural, que amplia o horizonte de expressões culturais consideradas patrimonializáveis para além das referências eurocêntricas. Entende-se que os conhecimentos tradicionais indígenas, quilombolas, dos povos tradicionais e de terreiro, bem como de grupos urbanos, são fundamentados em cosmologias – um conjunto de conhecimentos profundos sobre o mundo em que se vive e que são organizados sob pontos de vista específicos condicionados pelas culturas locais. E a ideia de salvaguarda do patrimônio imaterial tem como base o princípio do pluralismo cultural. Isto é, há o reconhecimento, por parte

do Estado, do valor patrimonial da diversidade cultural na perspectiva relativista; e a inclusão dos detentores do patrimônio como coparticipantes com o Estado e a academia científica da política voltada para o seu patrimônio. Nesse sentido, a participação dos detentores dos saberes tradicionais nas políticas para o patrimônio cultural deve ir além do consentimento prévio e informado e do papel de informante. O Estado deve, assim, incluir as suas epistemologias e seus saberes nas formulações e na gestão da salvaguarda do bem cultural em questão. Esta perspectiva da inclusão epistêmica está em pauta nas práticas correntes de proteção do patrimônio cultural desde o século passado. Está explicitada, por exemplo, na *Declaração de Veneza - A Ciência Diante das Fronteiras do Conhecimento*, redigida no âmbito da Unesco em 1986, que trata da necessária transdisciplinaridade nas ciências a partir da equiparação e complementaridade entre os saberes tradicionais e os saberes científicos.

Desde o desenvolvimento das políticas para o patrimônio cultural imaterial no século vinte e um, essa perspectiva é apresentada como fundamento da política federal para o patrimônio imaterial implementada pelo Iphan. Essa perspectiva legitima os saberes tradicionais e estimula a participação dos detentores das tradições culturais como pesquisadores, formuladores de políticas e gestores de seu patrimônio, de modo integrado com os gestores públicos, acadêmicos e demais parceiros, com o apoio do Estado.

O Projeto Encontro de Saberes tem o diferencial de trazer os sábios de notório saber ao protagonismo no ensino e na pesquisa, efetivamente incluídos como pesquisadores, professores, orientadores, arguidores em bancas, palestrantes e autores de livros, artigos e projetos; promovendo, assim, uma inclusão epistêmica por meio de uma inclusão social que permita o contato direto do estudante com os guardiões das tradições, e a construção de conhecimentos que atendem as múltiplas realidades e demandas a partir da confluência dos saberes científicos de epistemologias eurocêntricas e das culturas originárias e tradicionais; fora da perspectiva “canibalista” de usufruto das tradições por parte da ciência sem o reconhecimento e retorno devido aos povos e sábios que cultivam as outras epistemologias.

Desse modo, saberes relativos ao cuidado e manejo ambiental com vistas à produção autossustentável, promoção da saúde e cura, tecnologias e artesanias, artes da performance, pedagogia, mediação e política dentre outras áreas do saber são trazidos e abordados pelos mestres e mestras – que, em si, são polímatos, dominam várias áreas dos saberes das suas cosmologias tradicionais. E, assim, inúmeros assuntos e áreas do saber se articulam e desafiam os professores – que montam os cursos e ementas em parceria com os mestres e mestras, sob a perspectiva da transdisciplinaridade. A proposta abre uma oportunidade de a sociedade e o Estado obterem, por meio da chancela da academia científica e dos saberes tradicionais, perspectivas e desafios de construção de ciências e políticas que transcendam a monoepisteme ocidental moderna – que tem mostrado, paradoxalmente, tanto criatividade e benefícios; quanto rígidos limites e sérios riscos à humanidade e ao planeta. Propõe-se, assim, um esforço relativista ao reconhecimento das epistemologias e saberes enraizados e desenvolvidos secularmente pelos povos originários e tradicionais nas várias regiões do território; que somados trazem perspectivas

de superação dos problemas ambientais, sociais e individuais que os segmentos sociais, comunidades e povos têm enfrentado em nosso território.

A proposta na concretude

O Projeto Encontro de Saberes é fruto de parceria estabelecida junto à UnB, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ao Ministério da Cultura (MinC), ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e ao Ministério da Educação. Responde ao Artigo 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 no que tange à garantia do Estado aos direitos culturais, acesso às fontes da cultura nacional e proteção ao patrimônio imaterial; e aos artigos 26-A e 43 (em especial os Parágrafos III, IV, VII) da Lei de Diretrizes e Bases Para Educação Nacional (LDBEN), Lei n. 9.394/1996 – fundamento regulatório da CF/88 para a Educação. Realiza a meta proposta pela Câmara Interministerial de Educação e Cultura, regulamentada por Portaria Normativa Interministerial em 2007, de incorporar os mestres de ofício e das artes tradicionais nos vários níveis de ensino.

Trata-se de uma iniciativa inovadora implementada desde 2010, no sentido do reconhecimento e valorização de mestres e mestras de notório saber nas várias áreas de ensino, pesquisa, criação e realização; a promoção de diálogos e integração entre os conhecimentos acadêmicos e os saberes tradicionais das culturas populares, indígenas e quilombolas no âmbito das universidades brasileiras. Doze universidades públicas já aderiram: Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal do Para (UFPA), Universidade Federal do Cariri (UFCA), Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e Universidade Federal do Rio de Janeiro. Seis outras universidades iniciam as tratativas para a implementação nos próximos períodos letivos.

Até agora já foram envolvidos 120 professores e professoras de diferentes áreas do conhecimento definidas pelo CNPq: Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes, Ciências Agrárias, Ciências Exatas. Engenharia. E 155 mestras e mestres das tradições populares, referências em várias áreas do saber, oriundos de diferentes universos culturais: diferentes etnias indígenas; comunidades quilombolas de diferentes regiões; comunidades de terreiro; comunidades de agricultores / extrativistas; grupos organizados nas cidades e zonas rurais em torno de performances e celebrações das culturas populares tradicionais.

O Projeto parte da proposição de superação de uma realidade em que as universidades brasileiras reproduzem modelo europeu de especializações e hierarquias de conhecimentos – o qual suprime, invisibiliza, desqualifica e exclui saberes fundados em outros paradigmas civilizatórios cultivados por sociedades várias, em torno de culturas tradicionais. Entende-se que o acesso à diversidade cultural, bem como o pluralismo racial, étnico e epistêmico no âmbito das instituições públicas de ensino, são direitos culturais a serem garantidos e respeitados como

fundamentos da soberania e autonomia cultural e científica dos povos que habitam o território nacional.

Em termos gerais, a proposta visa à intervenção no modelo de ensino superior nas dimensões: étnico-racial; política, pedagógica e epistêmica em duas dimensões.

A primeira dimensão, étnico-racial, é percebida como um movimento inclusivo que, por um lado, abarca a política de cotas raciais no corpo discente já implementada nas universidades brasileiras; e, por outro lado, compreende a inclusão na docência de mestres e mestras de notório saber oriundos de comunidades indígenas, quilombolas, agricultores e extrativistas, de terreiro, e agrupamentos urbanos que cultivam populares.

A segunda dimensão, política, é relativa ao fato de que a inclusão desejada implica rearranjos institucionais de modo que os mestres e mestras tenham assegurados os meios de ingresso e legitimação dentro dos ambientes de ensino e pesquisa – hoje enrijecidos pelo excludente modelo mono epistêmicos. Nesse momento, observa-se que uma das estratégias de aprofundamento e sustentabilidade da proposta é a figura jurídica do Notório Saber – que permite o reconhecimento e acolhimento institucional nas universidades de pessoas que tem amplo conhecimento acumulado fora do sistema de ensino formal.

Na dimensão epistêmica, o Encontro de Saberes reintroduz, em perspectivas transdisciplinares, as artes e ofícios, os saberes tradicionais, as tecnologias, artes, humanidades, práticas políticas, médicas e espirituais dos mestres e mestras. Assim, saberes e expressões das culturas indígenas, de matrizes africanas e populares que têm sido confinados aos objetos de estudo das ciências sociais, ou fontes de saber para as ciências da saúde, química, e ambientais, por exemplo, passam a ser reconhecidos como saberes legítimos equivalentes à ciência. E, por meio de protocolos de interação ou encontros a serem construídos com base na horizontalidade e equivalência entre os saberes tradicionais e os saberes científicos ocidentais, propõem-se intercâmbios que potencializam a criatividade, alegria de aprender, produção de conhecimentos, e ampliação dos universos e possibilidades de compreensão e intervenção no mundo. Desse modo, amplia a pluralidade epistêmica para além das licenciaturas (como previsto na LDBEN), alcançando os bacharelados, pós-graduação e pesquisa.

A dimensão pedagógica traz os desafios da inovação dos métodos de ensino e aprendizagem. O ambiente acadêmico desenvolve como métodos pedagógicos a fragmentação dos sujeitos; a especialização de quem ensina; o deslocamento da prática cotidiana e teoria ensinada; a desconsideração das instâncias da intuição, da sensação e emoção; a primazia da leitura, escrita, e escuta “obediente” ao professor que explica e avalia por parâmetros objetivos. Os métodos de transmissão de conhecimentos utilizados pelos mestres das culturas tradicionais são bem variados e normalmente baseados na oralidade, na escuta e prática contínua, cotidiana; processos que integram razão, emoção, intuição e sensação, integram as várias áreas do saber e os mundos sagrados e profanos, alcançando o indivíduo que ensina e que aprende na sua integralidade como sujeito ativo do conhecimento.

O Encontro de Saberes compreende inovação na medida em que propõe processos pedagógicos que combinem métodos e instrumentos típicos da academia com métodos e instrumentos

próprios dos universos culturais de cada mestre e mestra. Assim, cada experimento, cada encontro de aprendizes/ alunos com certo mestre ou mestra e certo professor ou professora, em um módulo de aula sobre um determinado tema, é um evento único em forma e conteúdo, com modos próprios de interação e resultados únicos de aprendizagem.

As experiências têm sido diversas e seguem princípios básicos tais como a parceria de mestres e professores em cursos de graduação e, em alguns casos, pós-graduação; remuneração dos mestres compatível com a dos professores; perspectivas inter e transdisciplinares; abordagem teórica e prática; tratamento das dimensões sagradas e afetivas como meios legítimos de compreensão do mundo; estímulo à leitura, à escrita, à escuta e à performance. Trata-se de intervenção trans e multidisciplinar com o propósito de descolonizar as formas de conhecimento e pedagogias mono epistêmicas que são cultivadas nas universidades.

Desafios da transdisciplinaridade

Nas últimas duas décadas, no Brasil, o termo *mestre* foi consolidado como uma categoria das políticas públicas federais, estaduais e municipais, a partir da demanda de bases sociais por apoio e fomento para os sujeitos centrais e referenciais nos processos de transmissão dos saberes populares. Na perspectiva das tradições populares e dos grupos étnicos, é termo usado *em alguns* dos múltiplos universos e contextos culturais no território brasileiro. Mas não em todos. Existem comunidades e grupos nos quais existem diferentes palavras para significados próximos ao formulado no contexto desse Projeto para o termo *mestre*; como nas comunidades indígenas, quilombolas, de terreiro e grupos de tradições populares, onde os sábios das tradições são nominados e reconhecidos por outros títulos que não *mestre*, mas encontram-se no mesmo, ou análogo, lugar social de referência e notoriedade dos cientistas acadêmicos das universidades públicas.

Na perspectiva do Projeto Encontro de Saberes, *mestre* é uma palavra que é usada para designar aquela pessoa que se destaca no seu grupo por ser responsável e incumbida da transmissão dos saberes estruturantes nos universos culturais específicos. São sabedores reconhecidos pelas suas comunidades por sua longa trajetória e pela amplitude e densidade de seu saber; são pesquisadores, aplicam e aperfeiçoam constantemente seus saberes; ensinam o que sabem e tem discípulos, assistentes, ou seguidores. Como observa José Jorge de Carvalho (CARVALHO, 2016), coordenador do projeto Encontro de Saberes, no artigo Sobre o Notório Saber dos Mestres Tradicionais nas Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa, mestres são, portanto, somente aqueles sabedores cuja senioridade é inquestionável, confirmada pela sua biografia e pelo seu reconhecimento dentro e fora de sua comunidade.

Não obstante as identidades funcionais de referência dos mestres e mestras, uma das características marcantes da notoriedade destes é a polimatia, multi e/ou transdisciplinaridade, conhecimento denso cultivado e desenvolvido em várias áreas do saber, de modo integrado ou não. Uma mestra artesã ceramista, por exemplo, desenvolve conhecimento profundo e amplo. Além das modelagens plásticas do barro, precisa saber da composição química e das propriedades física do barro,

condições de pureza, da liga, do manejo do fogo para as temperaturas seguras para o bom cozimento; das propriedades químicas e físicas dos pigmentos empregados □ liberam-se toxinas que permitem que a peça possa ser utilitária além de decorativa. Um mestre construtor de embarcações pode ser também um mestre da navegação – entendedor de Astronomia, ciclo de marés – e ser um pescador e artesão de armadilhas de pesca; e pode, também, ser um líder comunitário, brincante de marujada na devoção a Nossa Senhora.

Em relação às artes da performance, também existe a transdisciplinaridade, na medida em que um brincante detentor de saberes, geralmente poder ser ator, músico, artesão de indumentárias e adereços, tudo ao mesmo tempo. E geralmente não se limita a uma só brincadeira, uma só especialidade performática, podendo brincar nas folias de reis e do Divino, em um maracatu e em um cavalo marinho e muitos outros.

Os mestres e mestras, em geral, podem ser referência em uma expressão cultural, mas detêm saberes em várias áreas, assumem muitos papéis, transitam entre cosmologias diferentes e acionam muitos saberes na vida cotidiana. As várias práticas e saberes podem, ou não, estar necessariamente imbricados. Um sujeito pode assumir diversos papéis, cultivar muitos saberes correlatos (ou não), e ser classificado como mestre em diversos saberes, ou ser reconhecido como mestre em umas áreas e, em outras, ser apenas um sabedor ou aprendiz. No mundo acadêmico, por outro lado, faz-se uma opção pelo aprofundamento em uma área (com esforço e renúncias) que leva ao enquadramento como especialistas em um departamento, com seus cânones conceituais e procedimentais rigorosos e excludentes.

As experiências do projeto nas 12 universidades foram variadas nos formatos; e, em geral, para cada mestre havia um professor parceiro. Em alguns casos também participaram assistentes ou aprendizes dos mestres. Além dos mestres, propriamente, participaram, também, algumas pessoas que assumiram oficinas ou módulos e que não chegaram a ser reconhecidas - e não se reconhecem - como mestres, no sentido que propomos; mas são potencialmente mestres em formação, já em condições de demonstrar aspectos das tradições, embora sem o domínio pleno do saber que um mestre tem.

No Projeto, os mestres, polímatos que detêm conhecimentos multi e transdisciplinares - embora tenham suas identidades funcionais de referência -, atuam lado a lado com professores parceiros que detêm conhecimentos acadêmicos especializados em áreas com fronteiras demarcadas, tais como Ciências Humanas, Ciências Exatas, Ciências da Saúde, etc. Normalmente, os professores têm formação e/ou transitam em uma, duas ou mais subáreas, sem ultrapassar, contudo, a fronteira das grandes áreas estabelecidas pelo CNPq.

O Encontro de Saberes inova pelos temas trazidos com ineditismo ao universo acadêmico e, também, pelo contraste ou choque epistêmico e metodológico entre os processos pedagógicos correntes nas universidades e os modos de transmissão do conhecimento próprios dos mestres e mestras das tradições. E é partir do *encontro* entre os saberes acadêmicos dos professores parceiros e os saberes tradicionais dos mestres, é que emergem as convergências epistemológicas; e a configuração de áreas transdisciplinares do saber, com fronteiras pouco rígidas entre os múltiplos conhecimentos integrados.

Com base na observação dos perfis dos 155 mestres de saberes tradicionais que participaram do projeto, comparados com as áreas do saber acadêmico dos 120 professores parceiros, bem como nas disciplinas oferecidas no âmbito do Projeto nas universidades, foi possível a sistematização das áreas de concentração de experiências do Encontro de Saberes até então: performances e celebrações; espiritualidade; promoção da saúde e cura; meio ambiente; mediação política; tecnologias e artesanias. Essas áreas são classificações abstratas que funcionam como indicadores do Encontro de Saberes nas universidades, para efeito de sistematização das informações das diferentes experiências e, sobretudo, para proporcionar bases para a reflexão que acompanhe a renovação epistêmica nos processos pedagógicos realizados.

Em cada universidade onde aconteceram edições do Projeto, no período de 2010 a 2019, as experiências foram realizadas em diferentes formatos e arranjos, abrangendo várias áreas de conhecimento, na extensão, graduação e pós-graduação. Cada universidade criou o próprio arranjo. Na maioria das disciplinas e módulos do Encontro de Saberes nas universidades, além dos professores e professoras, das mestras e mestres, foram convidados seus assistentes - que participaram das aulas. E aconteceram, também, oficinas, rodas de conversa e módulos que complementaram as disciplinas, nos quais participaram algumas pessoas que não chegam a ser reconhecidas - e não se reconhecem □ como *mestres*, no sentido de detentoras e transmissoras de grande sabedoria; mas são herdeiras em formação e conhecedoras de alguns aspectos de tradições, em plenas condições de demonstrá-las e com potencial para alcançar futuramente esse lugar de mestre.

Considerações finais

As universidades que aderiram à proposta do Encontro de Saberes experimentaram desafios de inovação dos métodos de ensino e aprendizagem. No ambiente acadêmico, a vida cotidiana de quem ensina e quem aprende é suspensão; bem como afastadas as instâncias da intuição, da sensação e emoção. A leitura, a escrita e a escuta do professor que explica são os instrumentos pedagógicos por excelência. Os métodos de transmissão de conhecimentos utilizados pelos povos tradicionais são bem variados e normalmente baseados na oralidade, na escuta e prática contínua, cotidiana. Os processos de ensino-aprendizagem integram razão, emoção, intuição e sensação; as várias áreas do saber e instâncias do sagrado e do profano; e alcançam e formam o indivíduo na sua integralidade como sujeito ativo do conhecimento.

Os desafios de inovação pedagógica se deram, então, em processos inter e trans disciplinares que combinaram métodos e instrumentos usuais academia com métodos e instrumentos usuais nas comunidades tradicionais de cada mestre e mestra que participou. Cada experimento, cada encontro de aprendizes/alunos com certo mestre ou mestra e certo professor ou professora, em um módulo de aula sobre um determinado tema, foi um evento exclusivo em forma e conteúdo, com modos próprios de interação e resultados únicos de aprendizagem.

E assim, estão plantadas as sementes de um projeto

descolonizador que amplia significativamente o espectro de temas, cosmologias, epistemes e pedagogias acessíveis nos ambientes de ensino e pesquisa – o que ampliará o conhecimento dos estudantes, professores e gestores públicos sobre

o imenso patrimônio cultural e perspectivas em que este patrimônio pode contribuir para a soberania e inovação científica, para a salvaguarda do ambiente, saúde, e bem estar da população; e a paz no nosso país. ■

Referências

- CARVALHO, José J.; FLOREZ, Juliana F. Encuentro de Saberes: Huellas de Memoria Pluriversa y Descolonización de la Universidad Contemporánea. **ARXIVUS de CIÊNCIAS SOCIAIS**, v.39, p. 143-150, 2018.
- CARVALHO, José J. Sobre o Notório Saber dos Mestres Tradicionais nas Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa. *In*: **Cadernos de Inclusão**. Brasília: INCTI/UnB/CNPq, 2016.
- CARVALHO, José J. O Encontro de Saberes nas Artes e nas Epistemologias do Cosmos Vivo. *In*: TUGNY, Rosângela Pereira de; GONÇALVES, Gustavo (org.). **Universidade popular e de todos os saberes: uma experiência**. Brasília: INCTI; Salvador: EDUFBA, 2020.
- CARVALHO, José J. Encontro de Saberes, Descolonização e Transdisciplinaridade. *In*: TUGNY, Rosângela Pereira de; GONÇALVES, Gustavo (org.). **Universidade popular e de todos os saberes: uma experiência**. Brasília: INCTI; Salvador: EDUFBA, 2020.
- UNESCO. **Declaração de Veneza** - A Ciência diante das Fronteiras do Conhecimento. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000113.pdf>. Acesso em: 20 de ago. 2020.
- VIANNA, Letícia C. R. Patrimônio Imaterial. *In*: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (org.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete).